



# REPÓRTER RECORD INVESTIGAÇÃO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: VISIBILIDADE DAS RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS ENTRE PODERES E SABERES SOBRE MULHERES KALUNGAS

---

REPORTER RECORD INVESTIGATION AND GENDER  
VIOLENCE: VISIBILITY OF ASYMMETRIC RELATIONS  
BETWEEN POWERS AND KNOWLEDGES ABOUT  
KALUNGA WOMEN

Ludimilla Dadiane Cardoso de Jesus<sup>1</sup>

Luana Alves Luterman<sup>2</sup>

*Universidade Estadual de Goiás*

**Resumo:** Objetivamos com esta pesquisa descrever, interpretar e analisar, por meio da reportagem do Programa *Repórter Record Investigação*, exibida no dia 15 de junho de 2015, como a ordem sócio-histórica contemporânea visibiliza a condição desigual de gênero atualmente, além de identificar as articulações discursivas com as correntes ideológicas que subjazem suas posições-sujeito. O referencial teórico da Análise do Discurso de linha francesa é mobilizado como metodologia para investigar recortes de imagens da reportagem e transcrições do depoimento de vítimas, agressores e repórteres como corpus de pesquisa. Utilizamos as concepções de discurso de Bakhtin (2006), poder e biopoder em Foucault (2002, 2003, 2016); pesquisas sobre a desigualdade social (IBGE 2009, LEAL, 2015); e estudos sobre gênero

---

<sup>1</sup> E-mail: ludimilladadiane@gmail.com.

<sup>2</sup> E-mail: luanaluterman@yahoo.com.br.

---

(HOOKS, 1995; RAGO, 2008; MUNANGA, 2006). A análise é necessária para a compreensão de acontecimentos discursivos como elementos responsáveis pela construção de uma ordem sócio-histórica, uma vez que os discursos são tomados como práticas sociais, historicamente determinados, que constituem os sujeitos e seus respectivos objetos. Como resultados, constatamos que as violências doméstica e sexual estão entremeadas por significados e constituições identitárias que derivam da articulação entre as dimensões de gênero e de raça. Concluímos que a resistência e a luta das meninas Kalungas demonstram como o poder, conforme a concepção foucaultiana, é capilar, fluido, em relação às práticas de subjetivação dissonantes, e como o discurso feminista possibilita, na contemporaneidade, a espetacularização da condição de inferioridade como valor social, mas para visibilizar, e não para reiterar, as relações assimétricas, com a meta de apagá-las das práticas discursivas opressoras.

Palavras-Chave: Violência; Poder; Desigualdade de gênero; Quilombo Kalunga.

**Abstract:** *The objective of this research is to describe, interpret and analyze, through the report of the 'Reporter Record Investigation Program', aired on June 15, 2015, how the contemporary socio-historical order currently unveils the unequal gender condition, in addition to identifying discursive articulations with the ideological currents that underlie their subject-positions. The theoretical basis of French Discourse Analysis is mobilized as the methodology to investigate clippings of images of the reports and transcriptions of the testimony of victims, aggressors and reporters as the research corpus. We use Bakhtin's conceptions of discourse (2006), power and biopower in Foucault (2002, 2003, 2016); research on social inequality (IBGE 2009, LEAL, 2015); and studies on gender (HOOKS, 1995; RAGO, 2008; MUNANGA, 2006). The analysis is necessary for the understanding of discursive events as elements responsible for the construction of a socio-historical order, since the discourses are taken as social practices, historically determined, constituting the subjects and their respective objects. As results, we have found out that domestic and sexual violence are crisscrossed by identity meanings and constitutions that derive from the articulation between the dimensions of gender and race. We conclude that the Kalunga girls' resistance and struggle demonstrate how power, according to the Foucaultian conception, is capillary, fluid, in relation to dissonant subjectivation practices, and how the feminist discourse makes it possible in contemporary times to spectacularize the condition of inferiority as a social value, but to visualize, not to reiterate, asymmetrical relations, with the goal of erasing them from oppressive discursive practices.*

Keywords: *Violence; Power; Gender inequality; Kalunga Quilombo.*

## INTRODUÇÃO

A problematização das desigualdades sociais de gênero polarizada pela sexualidade é visível, há muito pouco tempo, devido ao recrudescimento do movimento feminista, que denuncia um sistema de relações desiguais entre homens e mulheres, representado por saberes constituídos de poder e de dominação. As mulheres estão em desvantagem, devido à assimetria propiciada pelo valor inferior socialmente construído. Em pleno século XXI, ainda existem altos índices de desigualdade e de violência contra a mulher, principalmente em relação à mulher negra.

---

Lamentavelmente, as meninas Kalungas não simbolizam casos isolados. Nessa perspectiva, justificamos essa pesquisa por (d)enunciar a visibilidade de mulheres negras ainda escravizadas na sociedade contemporânea, pois é inadmissível na atualidade considerar válido o que é discursivamente engendrado como violência de gênero. Como corpus de pesquisa, foi utilizada a reportagem do *Repórter Record Investigação*, exibida no dia 15 de junho de 2015.

O programa televisivo inicia com a apresentação do quilombo Kalunga pelo repórter, que vai descrevendo a história e as dificuldades enfrentadas pelos moradores. O apresentador conversa com a primeira antropóloga a ter contato com a comunidade nos fins dos anos 1960. Na comunidade, são entrevistados habitantes do quilombo Kalunga, situado no norte do estado de Goiás, no município de Cavalcante, além de moradores da sede do município e demais sujeitos envolvidos em casos de violência sexual e doméstica contra meninas.

Ao longo do documentário, as vítimas e suas famílias são apresentadas, por intermédio de imagens e depoimentos que transitam entre a violência, a fragilidade e a resistência, pois as vítimas, apesar da crueldade vivida, lutam pelos seus direitos. Os nomes das meninas menores de idade são preservados, assim como seus rostos. A elas são atribuídos nomes fictícios, visando protegê-las da exposição. Entretanto, elas são protegidas e, paradoxalmente, reiteradamente apagadas, pois a violência sexual mascara seus corpos.

Para constituir nosso corpus de pesquisa, utilizamos o depoimento da menina *Rayssa*, de 13 anos, vítima de abuso sexual dos 8 aos 12 anos, e de seu agressor Alcenor dos Santos Ramos, dentista da cidade, que foi condenado a 12 anos de prisão, porém cumpriu menos de um terço da pena. Também analisaremos os depoimentos de vítimas; dos parentes de vítimas; dos agressores; e dos repórteres Domingos Meirelles e Lúcio Sturm. O nome dos agressores é real; o das vítimas, não, pois elas são menores de idade e legalmente têm sua identidade protegida.

Como aporte teórico, nos alicerçamos na arqueogenealogia foucaultiana (1996, 2002, 2003, 2006, 2007, 2016), nas concepções de discurso de Bakhtin (2006), nos estudos de gênero (HOOKS, 1995; RAGO, 2008; MUNANGA, 2006) e outros estudos sobre gênero e mídia.

---

## 1 PODER COMO MECANISMO DE CONTROLE

Michel Foucault (1996) preconiza que não existe um poder soberano. Na realidade, existem formas de exercer poderes de acordo com fatores sócio históricos e é no âmbito do discurso que se percebem as lutas pelo poder.

Antes de explicar as concepções de poder e saber em Foucault, é necessário estabelecer a noção de discurso. Brandão (2006) apresenta o discurso com dois significados básicos: de acordo com o senso comum, ele é concebido como a interação verbal entre indivíduos; já para a ciência da linguagem, consiste em uma esfera comunicativa que ultrapassa o nível linguístico, devido à polifonia e complexidade contextual.

O termo polifonia irrompeu inicialmente nos estudos de Bakhtin (2006) sobre a ficção de Dostoievski. Etimologicamente, a palavra é formada por dois radicais (poli= vários e fonia= vozes), isto é, são as várias vozes que atravessam o discurso: “Ao considerarmos um sujeito discursivo, acerca de um mesmo tema, encontramos em sua voz diferentes vozes, oriundas de diferentes discursos” (FERNANDES, 2008, p. 25). Para Fernandes (2008), o sujeito discursivo é heterogêneo, integrante de uma instância social, coletiva, histórica e ideologicamente marcada. Ele é constituído pela exterioridade histórico-cultural, afetado pela formação discursiva em que se inscreve, além de ser capaz de clivá-la por meio de seu dizer. Exemplo disso é o depoimento do dentista Alcenor dos Santos Ramos, indiciado a 12 anos de prisão por abusar de uma menina de nove anos que vendia doces. Ele esteve preso durante dois anos. Ao ser questionado sobre o abuso, diz o seguinte: “Ela era bem bonitinha [...]. Hoje, é aquela coisa mais feia que existe no mundo (risadas)”. Essa afirmação do abusador traz a seguinte reflexão: o abuso sexual é banalizado pela beleza, que legitimaria a violência, ao objetificar a menina, com serventia para consumo meramente sexual? Butler (2017) e o relatório da Anistia internacional (2016, 2017) apresentam a beleza como argumento para os violentadores praticarem abusos. Eles sentem necessidade de ter o corpo belo em sua posse. Já Beauvoir (2017) preconiza que o machismo, consequência da sociedade patriarcal, é um fator relevante, pois a mulher é considerada renegada.

No fragmento da reportagem, encontramos um dizer atravessado pelo discurso de cunho machista, calcado na concepção de que a mulher é um objeto sexual. Hooks (1995) explica que há uma insistência em ver o corpo da mulher negra como objeto de uso, descartável e possível de ser compartilhado,

---

desvinculando dele qualquer possibilidade de resistência. Exemplo disso é quando o repórter pergunta se a menina sofria abuso de outras pessoas. Alcenor relata: “mas muitos outros! Muitos outros!”. O corpo feminino, sob a ótica discursiva misógina, é permissivo quanto às abordagens sexuais.

O contexto em que o discurso misógino é mobilizado possui relevância significativa para a análise realizada neste artigo, uma vez que a noção de discurso utilizada por nós considera as “condições histórico-sociais de produção, que envolvem o discurso” (FERNANDES, 2008, p. 20). Discurso é o campo de entrecruzamento dos processos ideológicos com os componentes linguísticos, que constitui a materialidade enunciativa: “Assim, a construção dos significados coloca em destaque tanto o produto como o processo, quer dizer, as condições sócio históricas são constitutivas do significado” (ÁLVARES, 2014, p. 413). Portanto, para a análise enunciativa, é necessário considerar também a condição de produção, lembrando que o termo enunciado é tido aqui como uma gama de inter-relações entre componentes linguísticos, constituintes da língua, do espaço e do tempo de sua produção.

Apesar de a violência sofrida pelas meninas do quilombo Kalunga ser considerada pela instituição jurídica como crime hediondo, para os abusadores a prática é algo banal, uma vez que os estupradores e abusadores inscrevem-se em outra prática discursiva, também possibilitada pela ordem histórica, que concentra o valor feminino apenas na sexualidade, na estética da sedução corporal.

Neste trabalho, seguiremos a concepção foucaultiana de discurso como um efeito sócio histórico. Foucault (2006) afirma que o discurso é controlado, por meio da seleção, monitoramento, regulação e redistribuição, ou seja, os temas não podem ser abordados livremente na sociedade, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 2006, p. 10). O silêncio dos tios de *Raíssa* é um exemplo desse controle do discurso. O abuso sexual sofrido pela criança não é mencionado: “não, não sei não”, “nóis não quer saber disso”. Ou mudam o foco da conversa: “o importante é que ela está feliz e protegida agora”.

Para Foucault (2006), o poder é capilar, pois está disseminado entre os sujeitos a partir dos poderes e saberes mobilizados, por meio das instâncias sociais. As instituições, tais como família, igreja, escola, definem papéis sociais, moldando e adestrando o indivíduo para clivá-lo como sujeito, por meio de

---

uma biopolítica, e tal normatização torna-se normalizada para o exercício do governo de si, numa sociedade de controle que propicia a autogestão, o próprio controle por meio de um biopoder, segundo regras sociais, tais como os discursos éticos e morais.

A biopolítica é o controle exercido pelo Estado sobre a vida e a morte dos indivíduos, “é uma técnica de poder que se desenvolveu a partir dos mecanismos da macrosfera do Estado e está ligada ao controle dos processos vitais da espécie humana, está ligada diretamente à vida biológica do ser humano” (PELLIZZARO, 2013, p.161). Já o biopoder é “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2002, p.3).

O poder é executado por meio de dispositivos. Segundo Foucault (1996), os dispositivos são as formas como diversos elementos (linguísticos ou não) se unem para a obtenção de um resultado. Para Agamben (2009), “dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo” (AGAMBEN, 2009, p.46). Isto é, não se pode dizer ou fazer qualquer coisa, pois as subjetividades não são aleatórias; há uma rede, um conjunto de saberes que se exercem por meio de poderes e atuam por meio dos dispositivos. Existem regras a serem seguidas; por exemplo, o sexo é um tema tabu, evitado na igreja e na família.

O monitoramento do discurso ocorre principalmente com o processo da exclusão. De acordo com Foucault (2006), ele pode acontecer em três níveis: a interdição, a separação e a rejeição. Com a interdição, o discurso é determinado por ter três fatores: “tabu do objeto”, “ritual de circunstância” e “direito privilegiado”. O primeiro faz referências a alguns discursos que não podem ser proferidos, os principais são a política e a sexualidade. O ritual de circunstância consiste na restrição de certos discursos a ambientes determinados. Já o terceiro está relacionado a determinados discursos utilizados por sujeitos específicos; o casamento religioso é um bom exemplo, já que ele só é validado se for proferido por um membro da igreja. Prado (2013) salienta que essa constituição do discurso é frequente no campo político e sexual, pois é mais monitorado; não é neutro e transparente, pois se trata de um lugar de privilégio e de poder.

A separação e a rejeição podem ser mais bem entendidas quando analisamos a distinção entre razão e loucura. Para os gregos antigos, a verdade deve ser analisada com base no ambiente, nos rituais utilizados e no falante; por

---

isso, os loucos não tinham seus dizeres aceitos como verdadeiros. Canguilhem (1995) atribui a patologia como incapacidade de interação com meio; seria a impossibilidade de satisfazer as necessidades, as demandas do contexto em que o indivíduo está inserido. O louco não poderia ter seu dizer considerado verdadeiro, uma vez que não conseguiria utilizar dos recursos necessários tanto do contexto social quanto do discurso como unidade linguística coerente (FOUCAULT, 2006, 1996). A todo momento, na reportagem, o dentista contesta o depoimento da menina, atribuindo a ela características depreciativas para desvalorizar sua identidade feminina, pois, como argumenta Foucault (2006), o louco não tem seu discurso validado socialmente. Esse efeito de sentido é legítimo na contemporaneidade devido ao poder validado pelo discurso feminista, que permite o julgamento de uma possível loucura do dentista, ao depreciar o corpo de uma garota.

Quando Alcenor contrapõe os depoimentos da vítima dizendo que “só pegou nela, isto é, peguei nela!! [...] Mas não que eu ficasse, pusesse o ... nela, como tá lá”, percebemos a censura da palavra que faz referência ao membro sexual masculino. Contudo, seu significado emerge pelo contexto efetivamente dito, pelo sinal sonoro na fala de agressor, que veta dizeres relacionados ao tabu sexo. Foucault (2016) postula que esse apagamento discursivo é realizado por ser considerado proibido o tema sexo. Inclusive, essa regularidade aparece na confissão de Alcenor, que reconhece tocar as partes íntimas da criança, menosprezando a gravidade do ato pedófilo ao negar o coito por meio do elemento fálico, como se a relação sexual não existisse sem penetração do pênis. Assim, o crime sexual seria amenizado, em detrimento da culpabilidade do dentista, sujeito que ocupa lugar social de prestígio na comunidade local e é homem, categoria social esquadrinhada e cartografada para ser emblematicamente superior à mulher – e à criança.

Resumidamente, o discurso é o resultado da ordem histórica que atravessa os enunciados por meio de saberes para o exercício de poder, de controle e de regulação social. Por meio do discurso machista e misógino, regulares e recorrentes, Alcenor apresenta-se como vítima, já que a prática do abuso sexual é considerada, por ele, normal, e a menina *ficava* com muitos homens. Isso demonstra que o valor não é natural, é social, pois Alcenor não se sente culpado, pelo contrário, em todo momento desmerece a vítima. Há também o prestígio social local: ele é um dentista e a menina é uma vendedora de doces.

---

Para Foucault (2003), poder não é a atribuição de juízo de valor; é uma relação de forças que se molda ao contexto das relações entre os sujeitos. Foucault não considera a relação entre soberano e escravo como prática de poder, visto que se trata de uma simples relação de constrangimento (REVEL, 2005), pois o poder é estabelecido por um feixe de forças sócio históricas não concentradas em pessoas, e sim em sujeitos, porque as relações sociais são dadas por valores estabelecidos discursivamente, não por vontades individuais, criadas por desejos isolados específicos. Para Foucault, não há um indivíduo de carne e osso com poder para decisões originais, essenciais; todas as ações irrompem de saberes e poderes valorizados sócio historicamente. Os saberes são criações sociais demandadas por poderes.

O poder não é algo que se possa ter propriedade fixa, não há divisão entre os que têm e os que não tem poder. Ele não possui um dono absoluto; é exercido e praticado em determinada direção, não exclusivamente de cima para baixo, hierarquicamente.

[...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir [...] (FOUCAULT, 2006, p.08).

O poder, então, não é arbitrário nem hierárquico, pois todas as relações sociais mobilizam forças por meio de saberes estabelecidos historicamente. A normalização do poder torna os sujeitos adestrados, sem violência, de modo que o biopoder (poder sobre o corpo) torna útil e dócil a produção circular de saberes, permeada por poderes. Nessa perspectiva, o Estado não é a única instituição capaz de exercer poder, já que ele é plural e heterogêneo.

As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. (FOUCAULT, 2003, p.231)

A essas relações de poder Foucault (2003) dá o nome de micropoderes, pois ele acredita na eficácia de um conjunto de poderes capilares, difusos, não concentrados em instituições e sujeitos, apesar de não desconsiderar a

---

produtividade da força do poder estatal. As ações dos micropoderes muitas vezes não são extremas. Elas ocorrem sutilmente, por meio de ensinamentos e regras sociais, que se tornam verdades, constituídas por saberes e poderes discursivos. Contudo, não existe poder sem resistência, sempre existe possibilidade de reversão e luta contra a dominação. Quanto maior o poder, maior a resistência. Exemplos de oposições são as denúncias e a luta do conselho tutelar da cidade de Cavalcante para que os abusadores sejam punidos, apesar das ameaças sofridas. Ivani, presidente da instituição, relata o seguinte: “falaram pra gente tomar cuidado com o que tava falando, conversando, porque a gente poderia sofrer consequência com isso [...]. “A gente fica com medo, mas essas meninas precisam de ajuda”. As conselheiras municipais de Cavalcante não têm suporte, nem apoio para prosseguirem com as denúncias. A maior parte dos casos são arquivados. Entretanto, essas donas de casa permanecem na luta por justiça.

A luta pelo poder é uma ação constante; quem o tem não quer perder e quem não tem quer obter, “a cada instante se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião” (FOUCAULT, 2003, p.232). Segundo Foucault (2016), as maneiras de usar o poder mudaram de acordo com as evoluções das sociedades século XVIII. Por muito tempo reinou o poder soberano, que imprimia poder sobre a vida e a morte de seus súditos, de modo arbitrário, assim como o pai possuía os mesmos direitos sobre os membros da família e seus escravos: já que ele tinha dado a vida, poderia tirá-la. Aquele que fugia das normas apresentadas pelo patriarcado era punido. O próprio suplício era um espetáculo para que servisse de exemplo aos demais.

Com as mudanças sociais do século XVIII, o homem se deu conta da existência de seu corpo e de sua participação em uma espécie, gerando lutas e resistências contra a imposição do poder soberano. O iluminismo possibilitou ao indivíduo entender o direito de existir socialmente. Afinal, seus direitos eram tão importantes quanto os do rei. Por isso, apareceu uma nova técnica de poder, relacionado à limitação da vida dos homens, já que o disciplinar não estava sendo capaz sozinho de deter o dominado.

Com essa mudança, o poder político começou a assumir os contornos de um biopoder, exercido positivamente na vida: “tudo passa a ser posto em números, medido, acompanhado, recenseado” (REZIO, 2015, p.68). Segundo Foucault (2002; 2006), o poder deixa de ser exercido sobre o indivíduo para ter

---

como foco a população; conseqüentemente, são ampliadas as preocupações com natalidade, hábitos sexuais da população, alimentação e higiene.

A biopolítica se instaura por meio de biopoderes, com objetivo de regular as ações dos indivíduos em nome de um bem comum. Contudo, muitas vezes, em nome do bem comum, uma minoria é deixada à margem dos direitos. Foucault (2002) alerta que a distinção entre o “fazer viver” e o “deixar morrer” é o racismo.

Como relata Lúcio Sturm, “Stela, de 12 anos, vítima de abuso dos 9 aos 11 anos, foi submetida a violência e agressões. Depois de ficar órfã, a menina mudou-se para a casa de um irmão paterno. Ao invés de cuidar dela, o homem de 27 anos a transformou em escrava doméstica e sexual, produzindo orgias para os colegas com o corpo da menina, além de espancá-la diariamente e obrigar a fazer serviços domésticos”. Hoje, a menina vive com a família adotiva e o pai relata: “trabalho escravo, exploração sexual, isso é um mostro, isso é para quem não tem um coração”.

O racismo para Foucault não envolve somente as questões raciais: trata-se do estigma do diferente, da aberração, da anormalidade, mácula fabricada socialmente. Em uma sociedade repleta de padrões, o diferente não tem direito à vida. O anormal deve ser eliminado por não ter importância diante dos normais, naturalizados como superiores socialmente. Ao apresentar a menina *Stela*, o repórter Domingos Meirelles narra que “como as escravas do século XIX, *Stela* foi explorada de todas as formas; sob o peso do chicote, a menina foi submetida aos desejos sexuais de um homem que devia protegê-la. O abusador estava dentro de casa”.

Algo parecido acontece no depoimento de Alcenor, ao ser questionado sobre os abusos sexuais no quilombo Kalunga. Ele diz: “toda vida isso aconteceu aqui”. Para ele, o abuso sexual é normal, por ser uma prática reiterada e comum na região de Cavalcante. Em momento algum ele apresenta arrependimento; pelo contrário, a vítima é ridicularizada, pois não faz parte dos padrões do “fazer viver” em condições humanamente dignas para os padrões sociais normais. Alcenor relata e descreve o leilão de meninas Kalungas como escravas sexuais, porque o valor social regular das mulheres, a maioria negras, normalizou-se por meio dos abusos dos corpos em função de serem utilizados para a atribuição de prazeres sexuais masculinos.

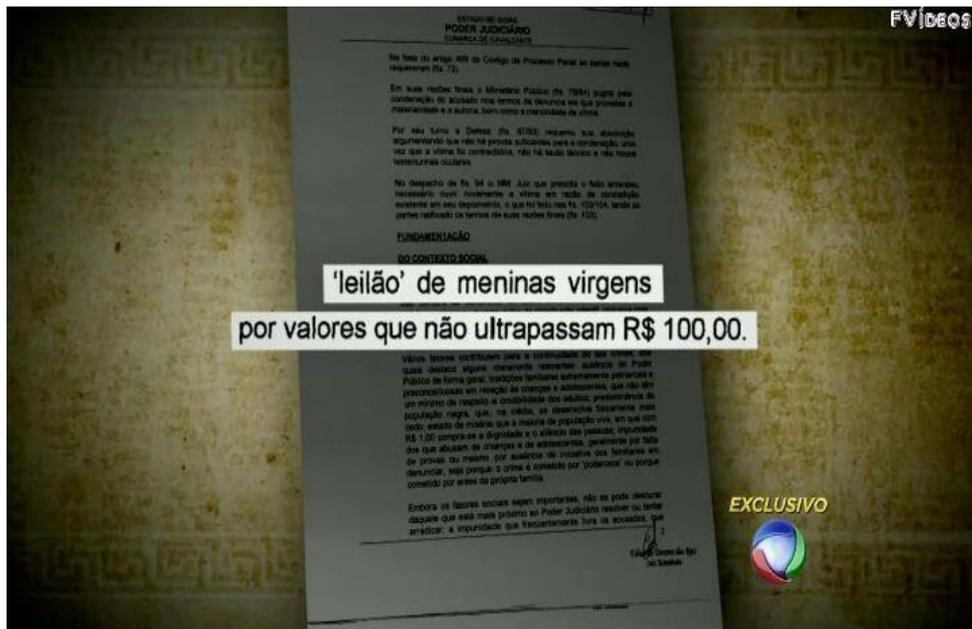


Figura 1: documento elaborado pelo juizado de menores da cidade de Cavalcante.

A Figura 1 ilustra parte do documento elaborado sobre a exploração das meninas do quilombo Kalunga, pelo juizado de menores da cidade de Cavalcante. Segundo as autoridades jurídicas, combater essa violência é muito difícil, uma vez que a pobreza leva os cidadãos e em alguns casos os pais das vítimas a serem coniventes com os crimes. Conseqüentemente, os corpos das meninas são tratados como mercadorias. Rayssa passou por isso, quando o pai biológico que a abandonou ainda bebê retornou e ofereceu 400,00 reais para ela retirar as denúncias de abuso sexual contra Alcenor.

O discurso jurídico cliva o crime de violência sexual contra as mulheres; no entanto, não estabelece justiça: a negligência é justificada pela desigualdade social, um mal que as instituições jurídicas e estatais não coíbem devido ao Estado mínimo, neoliberal, constantemente isento de responsabilidade social. A Anistia Internacional (2017) aponta a incapacidade do governo brasileiro em "respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de mulheres e crianças" (p.122).

## 2 FEMINISMO COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA

Apesar dos avanços trazidos pelo feminismo quanto à igualdade de gênero, Rago (2008) e Hooks (1995) salientam que há discursos estereotipados em relação à mulher negra, pois lhes são atribuídas características selvagens e primitivas. Seus corpos são legitimados como objetos sexuais a serem domados,

---

“usados”. Talvez essa seja umas das explicações para o índice elevado de violência contra mulheres negras. O repórter Lucio Sturm levanta outra possível explicação para o nível elevado de violência contra crianças e adolescentes em Cavalcante: “para as autoridades daqui o maior desafio é explicar as leis do século XXI, para pessoas que vivem como se estivessem no século XIX”.

O Dossiê Mulher 2015, do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, aponta que 56,8% das vítimas dos estupros e 60% das vítimas de violência doméstica são negras (LEAL, 2015). O número de agressões contra mulheres brancas e pardas caiu 9,8%; o das negras subiu 54% em 10 anos (IBGE, 2015). Camila, de 16 anos, vítima de abusos reiterados dos 10 aos 14 anos, é mais um número nessa estatística. Segundo ela, “ninguém engravida aos 14 anos porque quer”.

Segundo o IBGE (2009), o Brasil é o segundo país com maior população negra no mundo. Em relação à qualidade de vida, o país ocupa a 63ª posição, demonstrando a diferença entre a qualidade de vida da população branca e da população negra. A mulher lidera os números de pobreza, principalmente a mulher negra, isto é, ela continua vivendo uma situação marcada por dupla discriminação: “ser mulher em uma sociedade machista, e ser negra numa sociedade racista” (MUNANGA, 2006, p. 133).

Mulher quilombola é uma expressão usada para se referir às habitantes de quilombos, racialmente marcadas, que têm suas vidas moldadas e controladas pelo gênero, raça, cor, etnia, entre outros eixos de subordinação. Na sociedade patriarcal dominante, as quilombolas Kalungas exercem papel fundamental, pois demonstram formas de resistência e independência. Apesar das violências sofridas, buscam constantemente melhorias quanto à dignidade e destinos diferentes para suas filhas.

A edição da reportagem ocorre por meio de entrevistas. Na passagem de uma para a outra, são realizadas inserções de trechos musicais executados por Dalila, de 28 anos, símbolo de resistência da comunidade, pois encontrou na natureza e no artesanato uma forma de mudar sua vida. Contudo, assim como outras meninas, foi vítima de abuso, dos 5 aos 8 anos, primeiro pelo tio; depois, ao sair de casa para estudar, foi tratada “como animal”. Ao retornar para casa, sofreu abuso pelo padrasto. Ela só teve coragem de denunciar quando tinha 23 anos, mas os crimes já haviam sido prescritos, de acordo com a jurisprudência. Ainda assim, Dalila relata: “ao denunciar tirei um peso das minhas costas”.

---

Existe a possibilidade de mudança do discurso a partir da ordem sócio histórica, que, por sua vez, promove mudanças nas práticas de subjetivação. A história de Dalila é uma entre muitas das mulheres do quilombo Kalunga. Meninas tiveram seus direitos violados, mas não desistiram da luta por mudanças e encontraram nas suas raízes negras um caminho para a resistência: “Na sociedade há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças e enfrentamentos, microlutas, de algum modo” (FOUCAULT, 2003, p. 231). Isto é, não existe um exercício de poder absoluto, sempre há formas de resistência.

A violência sexual provoca traumas ainda mais graves porque os corpos foram adestrados para considerar a sexualidade como tabu. Quando o corpo é invadido e desrespeitado sexualmente, a violação é ainda mais grave exatamente por ser o sexo um tabu social. O artesanato e a natureza seriam, então, elementos terapêuticos que amenizariam a dor provocada pelos abusos sexuais, “uma forma de mudar sua vida”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira tem seus moldes no patriarcado, conseqüentemente, a mulher é vítima de violência. As mulheres negras são as que mais sofrem, pois são duplamente estigmatizadas, pelo racismo e pelo sexismo, condenando-as à marginalização e à exclusão social. Contudo, como argumenta Foucault (2006, 2016), o poder não tem um dono determinado, constantemente são realizadas lutas pela sua posse e o discurso é o âmbito desses duelos.

A reportagem do programa *Repórter Record Investigação* constitui um importante meio de as quilombolas lutarem discursivamente por seus direitos institucionais, produzindo microlutas contra imposições sócio históricas.

A realidade das meninas do quilombo Kalunga exemplifica as lutas diante da imposição do poder por um determinado grupo. O racismo e o sexismo, por serem muito violentos na vida delas, propiciaram resistência e superação, buscando forças na afirmação da identidade e reconhecimento social, especialmente devido ao processo de subjetivação atravessado pelo discurso feminista, que as empodera em prol da igualdade de gênero.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

- 
- ÁLVARES, Thelma Lúcia Gerra; EFKEN, Karl- Heinz; AZEVEDO, Nadia Pereira Gonçalves de. *Uma análise discursiva da propaganda do Banco do Brasil para o público homossexual*. XVII Congresso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina. ALFAL, 2014.
- ANISTIA Internacional. *O Estado dos Direitos Humanos no Mundo*. Informe, 2016-2017.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BRANDÃO, Helena H.N. *Introdução à Análise do Discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Trad. de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FERNANDES, C, A. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. v. III. Trad. de Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro, Forense, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. v.1. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2016.
- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN: 1806-9584.
- IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Perfil dos Municípios Brasileiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.
- LEAL, Maria Lúcia; Leal, Maria de Fátima P. (orgs). *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial - PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil*. Brasília: CECRIA, 2015.
- MUNANGA, Kabengele. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006. p.130- 133. (Coleção para entender).

---

PELLIZZARO, Nilmar. Michel Foucault: um estudo do biopoder a partir do conceito de governo. *Peri*, v. 5, n. 1, 2013. p. 155-168.

PRADO, Tomás. Discurso e linguagem na filosofia de Foucault. *O que faz perceber*, n.31, 2013, p.155-168.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

REPÓRTER Record Investigação. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=gFhu-A-kNIQ&t=55s>>. Acesso em: 25 mai.2017.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

REZIO, Leonardo Luiz de Souza. *Direitos humanos: uma leitura crítica de Michel Foucault*. II ciclo nacional de estudo do discurso: os dispositivos de poder e os saberes em Michel Foucault, Faculdade de Letras, UFG, 2015.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 15 de novembro de 2017.

Aprovado em sistema duplo cego em: 17 de dezembro de 2017.